

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)
DO
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)
GAL RURAL – ADRIL - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
INTEGRADO DO LIMA**



Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do



estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multisetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – ADRIL - Associação de Desenvolvimento Integrado do Lima foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.



é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL ADRIL (ADRIL) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima - ADRIL, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 502591218, com sede na Praça da República, 4990-062 Ponte de Lima, neste ato representada por Francisco Silva de Calheiros e Menezes, na qualidade de Presidente da Direção e por Francisco Rodrigues de Araújo, na qualidade de Tesoureiro da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a ADRIL, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 5.570.775,80 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 3.285.474,80 euros do FEADER, para compartilhar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 856.988,00 euros FEDER e de 1.428.313,00 euros FSE, que totalizam um

montante de 2.285.301,00 euros para compartilhar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A ADRIL compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A ADRIL, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a ADRIL compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.



Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da ADRIL, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:



Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do

Lima

Presidente da Direção

Francisco Silva de Calheiros e Menezes

Tesoureiro da Direção

Francisco Rodrigues de Araujo

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-056

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502591218	ADRIL-ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA
Morada (Sede Social)	
PR DA REPUBLICA	
Código Postal	Localidade
4990-000	PONTE DE LIMA
NUT III	NUT II
Minho-Lima	Norte
Telefone	E-mail
258900600	info@adril.pt
Telefax	

258900609

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adril.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Francisco de Calheiros

Cargo Responsável

Presidente da Direção

Serviço/Departamento

Direção

Telefone Responsável

258900600

Telemóvel Responsável

969013213

Email Responsável

fcalleiros@adril.pt

Email Alternativo

info@adril.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADRIL detém uma vasta experiência na gestão de diferentes tipologias de instrumentos de Política de Desenvolvimento Local com recurso a diferentes fundos estruturais da União Europeia.

Segue uma breve descrição de alguns projetos em que a ADRIL esteve envolvida como promotora ou parceira:

EIXO 3 DO PRODER

Foi responsável pela gestão/implementação do Eixo 3 do PRODER no Vale do Lima, com um investimento de cerca de 20,2M€, a que correspondeu uma despesa pública de 10,6M€, o segundo maior volume de despesa pública a nível nacional.

Foram recebidos 333 PA, dos quais 198 foram aprovados gerando 268 postos de trabalho diretos. O impacto deste investimento foi visível e claramente positivo para a região, tendo permitido durante o período de crise apoiar direta e indiretamente um significativo número de empresas da região, umas de construção civil, outras, prestadores de serviços e fornecedoras de equipamentos.

EMER – EMPREENDEDORISMO EM MEIO RURAL

Projeto piloto criado pela Secretaria de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar (SEAIA), que consistiu na constituição de uma parceria alargada, constituída por entidades com diferentes funções e papéis e uma consolidada implantação no território - SEAIA, CIM-Alto Minho, CCDR-N, CCAM, ACIBTM, ADRIL, ADRIMINHO, IPVC, UTAD, Municípios e a DRAPN na qualidade de observador.

O projeto piloto visou apoiar e dinamizar o empreendedorismo, intervindo para isso em três eixos principais: Produtos agrícolas e agroalimentares; Circuitos curtos de comercialização; e Produtos e serviços inovadores. No âmbito do projeto foram identificadas 195 ideias de negócio, sendo selecionados para acompanhamento pelos Técnicos 40 projetos, que estão em fase de implementação.

Do projeto piloto resultou uma proposta de formalização do EMER como projeto do PO, dirigida e adaptada à promoção do empreendedorismo em territórios rurais, atualmente em fase de avaliação, 6 sob a mentoria da ADRIL. Em fase de candidatura ao Aviso 53-2015-04-Promoção do Espírito Empresarial.

PROVERE – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS ENDÓGENOS

A ADRIL é a entidade coordenadora do consórcio Minho IN, formado pelas CIM do Alto Minho, Ave e Cávado, e envolvendo ainda a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte de Portugal, as ADL (ADRIL, ADRIMINHO, ATAHCA, Sol do Ave e PROBASTO) e centenas de promotores privados, com o objetivo de promover uma

Estratégia de Eficiência Coletiva, partindo de uma visão consensualizada do desenvolvimento do Minho Rural, assente em quatro áreas económicas fundamentais - Ambiente, Turismo, Produção Agroalimentar e Cultura/Património.

Durante o período de execução do QREN, ao abrigo da EEC PROVERE Minho IN, foram apoiadas dezenas de projetos de investimento, de natureza pública e privada, que no seu conjunto representam um investimento de cerca de 50M Euros, localizados nos territórios de baixa densidade do Minho e assentes nos seus recursos endógenos.

MEDIDA 1.4 DA ON

Apoiado no âmbito da ON - Operação Norte, o projeto RTM - Reinventar o Turismo no Minho consistiu na elaboração de um estudo estratégico territorial e de mercado para identificação de prioridades e de projetos estruturantes para o Turismo no Minho, que resultou na formalização do consórcio Minho IN.

PROGRAMA LEADER

Elaboração e execução de 3 PDL - LEADER I, LEADER II, LEADER+.

As 3 primeiras edições do LEADER permitiram um investimento de 16M € na região. Dos PA aprovados são de realçar o Golfe de Ponte de Lima, que foi e ainda hoje é um projeto catalisador na região; o Minho Fumeiro, justamente classificado no concurso "Os 10 melhores produtos portugueses que ajudam a diferenciar as exportações e aumentar o valor acrescentado do que vendemos lá fora"; a identificação, recuperação, sinalização e promoção do Caminho Português de Santiago, que atualmente é um produto turístico com imenso impacto na região, cifrando-se a sua utilização atual em cerca de 30.000

Peregrinos/ano; e as Aldeias de Portugal, uma marca que se estende a toda a região Norte, atualmente com 81 aldeias classificadas, criadas a partir das experiências-piloto da ADRIL no Soajo e no Lindoso.

SUB-AÇÃO 7.1 PROGRAMA AGRIS - RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, DA PAISAGEM E DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS EM MEIO RURAL

Permitiu a intervenção nas aldeias - Vilar do Monte, Passagem, Lindoso, Montaria, Cabração, Germil e Sobredo, com um investimento total de 3,6M€, e que possibilitou, para além da valorização dos espaços públicos, a recuperação de 70 edifícios privados, reforçando o conceito de "Aldeias de Tradição".

INTERREG 3C-EUROPA DAS TRADIÇÕES- UMA PONTE ENTRE AS EURO-REGIÕES - EUROTRAD

O objetivo geral do projeto foi sobre a troca de experiências entre duas Euro-regiões, tendo em vista o desenvolvimento do Turismo Rural nas regiões Norte de Portugal-Galiza e Alpes-Adria e o reforço da rede de Pazos, Casas Antigas, Casas Senhoriais, Quintas e Casas Rústicas e a sua disponibilização como oferta turística.



Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	30/04/1974	01/07/1989	84113	Autarquias Locais
505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	01/07/1984	01/07/1984	84113	Autarquias Locais
506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	01/01/1988	01/01/1988	84113	Autarquias Locais
506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	15/10/2008	15/10/2008	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
503656267	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO NOROESTE, CRL	16/12/1994	16/12/1994	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

508013755	ASSOCIAÇÃO PARA O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE BASE TECNOLÓGICA DO MINHO	01/03/2007	15/05/2007	70220	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501082344	ACIAB - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA	10/09/1975	01/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502139528	TURIHAB-ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE HABITAÇÃO	27/07/1988	02/01/1989	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503761877	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	16/08/1980	16/08/1980	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502057602	FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA	12/02/1988	18/05/1989	85420	Fundações Privadas
600067971	ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE PONTE DE LIMA	01/01/1991	01/01/1991	85320	Escola Profissional Pública
504404830	EPRALIMA - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO LIMA - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E RESPONSABILIDADE, LIMITADA	08/01/1999	08/01/1999	85591	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501155350	CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	22/01/1976	05/02/1988	94110	Organização Patronal ou Empresarial
501121102	COOPALIMA - COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES DO VALE DO LIMA CRL	11/10/1977	11/10/1977	46331	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501068414	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA, CRL.	17/12/1976	17/12/1976	47761	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500305919	ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DA BARCA CRL	30/10/1963	01/01/1968	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)



502951222	VALDELIMA - COOPERATIVA POLIVALENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL, C.R.L.	22/03/1993	26/03/1993	94110	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
503062014	AVITILIMA - ASSOCIAÇÃO DOS VITICULTORES DO VALE DO LIMA	02/03/1992	20/02/1997	94110	Organização Patronal ou Empresarial
503347124	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA	14/10/1994	01/12/1994	94992	ONG - Organização Não Governamental
504543725	ARDAL ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO LIMA	29/02/2000	21/07/2000	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504646885	APPACDM DE VIANA DO CASTELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	18/05/2000	18/05/2000	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500835918	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ	07/06/1985	01/01/1989	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500746940	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PONTE DA BARCA	20/11/1913	01/12/2004	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500851166	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA	27/02/1984	27/02/1984	87902	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500841489	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIANA DO CASTELO	05/07/1938	05/07/1938	88910	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

509136915	ASSOCIAÇÃO PARA A PARTILHA ALIMENTAR DE VIANA DO CASTELO	17/06/2009	26/06/2009	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503063452	CONFRARIA DOS GASTRONOMOS DO MINHO	28/04/1986	01/12/1992	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503727121	Clube Náutico de Ponte de Lima	21/08/1991	21/10/2004	93120	
500008698	ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DE LIMA CRL	10/01/1959	10/01/1959	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Minho-Lima

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Minho-Lima	Arcos de Valdevez		30,51%
Norte	Minho-Lima	Ponte da Barca		14,41%
Norte	Minho-Lima	Ponte de Lima		32,98%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Afife	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Alvarães	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Amonde	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Anha	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Areosa	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Carreço	0,85%

Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Castelo do Neiva	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Darque	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Freixieiro de Soutelo	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Lanheses	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Montaria	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Mujães	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	São Romão de Neiva	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Outeiro	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Perre	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Santa Marta de Portuzelo	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Vila Franca	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Vila de Punhe	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	Chafé	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Barroelas e Carvoeiro	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Cardielos e Serreleis	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Mazarefes e Vila Fria	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã	0,85%
Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo	União das freguesias de Torre e Vila Mou	0,85%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O Vale do Lima é uma área geográfica culturalmente homogénea que envolve o curso médio e terminal do rio Lima, numa paisagem sempre dominada pela água em movimento e definida por um copioso mosaico agrícola e florestal, fortemente humanizado em mais de cinco mil anos de ocupação sedentária. Apesar de uma vincada afinidade com as regiões confinantes, incluindo a Galiza, conserva uma forte identidade cultural com expressão social e económica muito definida. O Vale do Lima tem 119 freguesias e uniões delas, agrupadas em 4 concelhos—Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo—com uma população global de 167.131 residentes, mas o território de intervenção incluirá apenas 118 freguesias, abrangendo um total de 141.756 habitantes.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

No litoral fica o concelho de Viana do Castelo, com a cidade sede da NUT III, onde se concentra a maior parte população e da atividade económica. Destaca-se pela existência de um porto de mar e da linha ferroviária e pela articulação rodoviária de 1º nível com as cidades do Porto, Braga e Vigo. Nesta cidade está a sede do IPVC, com 3 escolas superiores.

Confinante a nascente é o concelho de Ponte de Lima, cuja sede é um bom exemplo de conciliação da regeneração do casco histórico com a animação socioeconómica. Fica neste concelho a Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, com mais de 100.000 visitantes anuais.

Mais para o interior, já na transição campo/montanha, surgem-nos Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, onde se encontram as aldeias serranas, a criação de gado caprino, bovino, as frutas, e muito do património cultural vernáculo mais representativo da região. Ambos os concelhos partilham território que integra o Parque Nacional da Peneda Gerês. No fim, a fronteira com Espanha, que faz a ligação interior da região com a Europa, mais facilitada pela linha férrea espanhola de alta velocidade com escala em Orense, bem perto da fronteira.

A cobertura rodoviária da região é eficiente, com a A28 (litoral) e a A3 (Ponte de Lima) a assegurarem a circulação vertical e a relação com os territórios vizinhos, e a A27 a fazer o atravessamento horizontal entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, que é continuado até Arcos de Valdevez pelo IC 28. A grande debilidade continua a ser a ligação Arcos de Valdevez/Ponte da Barca–fronteira da Madalena (Espanha).

Ao contrário das acessibilidades rodoviárias e marítimas, a ferroviária é aquela que apresenta menor abrangência e qualidade de serviço.

Em termos de infraestruturas aeroportuárias, a região assume ser servida especialmente pelo aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro (Porto), do qual dista entre 30 a 60 minutos, mas também pelo Aeroporto de Vigo, muito importante para o mercado espanhol e para a ligação com a América do Sul. Estes dois aeroportos têm aumentado as rotas disponíveis e o número de voos.

DEMOGRAFIA

A população residente no Vale do Lima regrediu no período 2001–2011, com uma quebra de 1%, resultado de uma perda em 3 dos 4 concelhos, com Viana do Castelo (zona urbana) a conseguir um aumento muito ténue da sua população residente. Trata-se de uma tendência que se tem registado em Portugal ao longo das últimas décadas mas que, pelos valores percentuais aqui apresentados, poderá evoluir para uma estagnação ou mesmo inversão da situação. Arcos de Valdevez foi o Município onde mais se sentiu esta quebra. Mas, não é caso único, registando-se perdas em todos os outros concelhos, mesmo em Viana do Castelo onde, descontadas as freguesias urbanas, se registou uma quebra de cerca de 1000 pessoas. Estes dados não podem ser dissociados do que tem sido toda a evolução do sector agrícola nas últimas décadas e a esperada concentração de população nas cidades. E também a drástica alteração da situação do país após 2011 poderá vir a apresentar outros dados, decorrentes do recomeço da emigração em grande escala e de algum retorno à atividade agrícola, ambos com impacto nos fluxos populacionais.

EDUCAÇÃO

A escolaridade regista uma evolução positiva nos últimos anos. Há um aumento da frequência do pré-escolar com cobertura de quase 100% das necessidades. Também nos demais escalões houve evoluções muito positivas e é significativo o sucesso conseguido com a população mais adulta. Esta é muito relevante para a coesão social, que não passa apenas pelo emprego ou pela integração, mas também por uma melhor convivência intergeracional.

QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

Como se sabe, os dados disponíveis do desemprego não refletem com rigor a realidade atual. Apesar de uma ténue recuperação nos últimos anos, também resultado de um fluxo emigratório relevante que se acentuou, o desemprego, em 2011, apresentava, em relação a 2001, uma evolução negativa. O contínuo êxodo populacional do sector agrícola e os problemas que grassam nos sectores terciário (incluindo a Função Pública) e secundário (nomeadamente com a recessão em alguma indústria e na construção civil), têm consequências no agravamento dos indicadores de desemprego.

Outro dado importante a considerar tem a ver com a procura do 1º emprego, que regista uma diminuição, contra o aumento da procura de novo emprego.

Houve um aumento de quase 100% na taxa de desemprego, passando de 6,8% para 12,1% (dados de 2011), que é acompanhado pela diminuição dos dois indicadores já referidos. O desafio é por isso enorme para a região, uma vez que os principais indicadores são quase todos negativos—fuga de população, especialmente da mais jovem e ativa; aumento do desemprego; diminuição de procura do primeiro emprego (eventualmente associada à emigração) e um acréscimo de 6% na demanda de novo emprego.

ECONOMIA LOCAL

No período 2001–2011, a atividade económica no Vale do Lima registou algumas dinâmicas, designadamente—a taxa de atividade cresceu 0.9%: a população ativa empregada decresceu de forma

significativa (-6%), designadamente no setor primário e de forma menos acentuada no secundário, enquanto no terciário se verifica algum acréscimo, devido ao reforço das atividades sociais.

A estrutura empresarial do Vale do Lima denota, com exceção de Viana do Castelo, uma reduzida densidade empresarial. Predominam as microempresas, com baixa produtividade e um elevado índice de concentração de volume de negócios num número reduzido de empresas da região.

AGRICULTURA

O Vale do Lima também viu diminuir na última década, como já acontecera na década anterior, o número de explorações e a superfície agrícola utilizada (SAU), consequência do continuado abandono de muitas explorações (-29%), sobretudo nas micro e pequenas unidades, com reflexo evidente na paisagem. Contudo, o Vale do Lima, à semelhança com o que se passa no Alto Minho, continua a registar uma elevadíssima utilização da superfície agrícola, como prados e pastagens permanentes, sobretudo nos dois concelhos do interior. Excetuando Viana do Castelo, a expressão social da atividade agrícola ainda é relativamente significativa no Vale do Lima e reflete-se no facto de em três dos concelhos, mais de 18 em cada 100 habitantes exercer atividade agrícola de tipo familiar, mais do dobro do valor registado no país e no Norte. Assiste-se, assim, a uma crescente inserção das famílias agrícolas e da população mais jovem no mercado de trabalho exterior à exploração, incluindo os serviços de proximidade e no emprego em atividades turísticas e de serviços diversificados de âmbito local (alojamento, restauração e animação sociocultural, ambiental e desportiva).

Também 41% dos produtores agrícolas singulares do Vale do Lima assumem a atividade agrícola a tempo completo, exercendo os restantes outras atividades complementares e geradoras de rendimentos adicionais. Os produtores agrícolas do Vale do Lima apresentam um perfil envelhecido e com baixo nível médio de formação. A idade média é de 61 anos e apenas 11,9% tem formação profissional agrícola e 4,5% tem formação secundária ou superior.

Assistiu-se a um aumento generalizado da dimensão média da base fundiária das explorações, ocupando as explorações agrícolas com menos de 5 ha quase 30% da SAU, enquanto as explorações com 50 ou mais hectares concentram perto de 60%.

O panorama estrutural do território do Vale do Lima onde vai ser aplicada a EDL, deverá ter em conta as dinâmicas de mudança na valorização e diversificação das atividades produtivas locais complementares à agricultura, por parte da população mais jovem, que é necessário fixar e atrair. Mas também a importância da pequena agricultura familiar com rendimentos do agregado doméstico, sustentados sobretudo noutras proveniências que não a exploração. E não esquecer ainda o estrato de população mais idosa e tendencialmente inativa, dependente das pensões como fonte principal de rendimento, e que tem necessidades especiais em termos de cuidados e serviços de proximidade.

VINHO VERDE

O Vale do Lima integra a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, sendo este um dos seus principais produtos agroalimentares. Os vinhos brancos mais afamados desta sub-região são produzidos a partir da casta Loureiro. Mas as castas Arinto e Trajadura encontram-se também bem representadas. Os vinhos tintos são produzidos principalmente a partir das castas Vinhão e Borraçal, sendo as zonas interiores as que apresentam um melhor potencial, devido às condições climáticas que condicionam a maturação.

TURISMO

De destacar, neste setor, os recursos ambientais, como o PNPG, os inúmeros miradouros, o Rio Lima e suas margens e a zona litoral. Rico em espaços naturais, o Vale do Lima é também conhecido pelas suas aldeias de tradição e história.

Destino Europeu de Turismo, o Vale do Lima tem recebido diversos prémios que o distinguem pelo pioneirismo e qualidade da oferta turística. Exemplo disso, foi o destaque dado pela Comissão Europeia no estudo dedicado aos destinos turísticos rurais.

Nos últimos 30 anos, uma série de projetos de relevante importância trouxeram o desenvolvimento e a competitividade do Turismo a esta região.

O TH e o Turismo Rural, que têm a sua génese nesta região, deram origem a duas marcas diferenciadoras—os Solares de Portugal e as Aldeias de Portugal. Uma e outra são projetos que já hoje transvasam o Vale do Lima, estando o primeiro reconhecido como uma das marcas promocionais do Turismo e o segundo em franca expansão por todo o Norte de Portugal, numa rede com mais de 80 aldeias. É esse espírito de inovação e qualidade que se pretende continuar a ter na Região.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

Proximidade ao triângulo definido pelas áreas metropolitanas do Porto, Braga/Guimarães e Vigo, onde se concentra uma parte significativa da procura e dos consumidores da Região Norte.

Boa adaptação ao mercado na área da produção artesanal variada e particularmente prestigiada na cerâmica, tecelagem, bordados, cestaria, cantaria e latoaria.

Renovação da linha férrea Porto-Vigo (comboio Celta) e criação da linha galega de AV, com escala prevista próxima da fronteira do Lindoso.

Aumento da procura de produtos agrícolas de qualidade nos centros urbanos nacionais e internacionais.

Boa evolução da procura turística, sobretudo internacional, com particular incidência em alguns produtos turísticos específicos (ex. Caminhos de Santiago, turismo natureza e turismo ativo).

Aumento da procura e projeção internacional dos Vinhos Verdes.

Principais Pontos Fortes

Oferta consolidada de alojamento, restauração e animação turística, com a maior concentração no TH e TER em todo o país.

Riqueza cultural material e imaterial permite desenvolvimento do turismo e da economia local - artesanato, gastronomia, vinhos, costumes e tradições.

Saber-fazer e um conhecimento tácito coletivo enraizado na população, que lhe confere uma natural apetência para o desenvolvimento de atividades relacionadas com a agricultura e o turismo.

2 Áreas Protegidas, incluindo o único Parque Nacional. Boa localização geográfica face às novas tendências da relação rural/urbano e as cadeias de curtas de relacionamento.

Qualidade de vida reconhecida proporcionando estilos de vida saudáveis.

Produtos agro-pecuários de excelência – raças autóctones (Equídeos - garranos; Suínos - bísaro; Bovinos - minhota, cachena e barrosã); mel; enchidos e fumados.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Política do Turismo do Porto e Norte de Portugal muito orientada para o Porto e Douro em detrimento de outros territórios da Região Norte, como o Minho.

SCUTS e custos de acesso à região limitam a acessibilidade e o desenvolvimento económico.

Risco de insuficiência futura da bolsa de mão-de-obra disponível por perda atual de população e consequente tendência de envelhecimento.

Esvaziamento do mundo rural pela ausência de oferta de emprego capaz de fixar e/ou atrair população.

Propagação de pragas e doenças alóctones que afetam o equilíbrio dos ecossistemas bióticos.

Perfil do emprego disponível pouco ajustado à aquisição de competências

Debilidades da procura turística interna decorrente da perda de poder de compra.

Principais Pontos Fracos

Oferta TH com deficiente adaptação dos empreendimentos existentes às novas exigências do mercado especialmente no conforto e animação. Baixa taxa de ocupação e do alojamento turístico e distribuição anual desequilibrada por uma pronunciada sazonalidade carecendo de aposta em produtos para essas épocas.

Depreciação geral dos ecossistemas naturais e do património cultural, decorrente da desertificação e abandono do território.

Fracas condições de atratividade e da fixação da população residente, designadamente de jovens e de investidores externos.

Carência de trabalho em rede na estruturação da oferta.

Circuitos de comercialização mal estruturados e pouco consolidados.

Estrutura agrária com dificuldade de rentabilização, gerando estrangulamentos ao investimento e escassez de recursos e não conseguindo o plurirrendimento.

A Visão para o território está centrada na exploração agrícola e assenta na articulação e complementaridade com o Turismo no Espaço Rural, como motor da economia local capaz de criar valor e emprego. A superação deste desafio implica assumir um novo paradigma do Turismo no Espaço Rural que vai além do alojamento, integrando uma oferta de experiências/produtos diferenciados como por exemplo o Turismo de Natureza, Turismo Ativo, Enoturismo, Turismo Cultural e Patrimonial, a Gastronomia e os Produtos Locais de Qualidade, como o fumeiro, o Vinho Verde, a carne, etc.

O modelo de turismo que se pretende implementar implica uma alteração significativa da perspetiva existente sobre o papel deste sector. O Turismo e os Turistas são o centro de um sistema composto por atividades específicas e não específicas do turismo. Por norma entende-se por atividades específicas as que dependem da existência de turistas (alojamento, animação, trilhos, ...), e por não específicas as que podem sobreviver sem o turismo (produtos locais, comércio, ...). Mas este modelo de turismo torna todas as atividades do mundo rural em específicas, na medida em que coloca o turismo no centro da estrutura económica, social e cultural local. Esta estratégia constitui em si própria um desafio e acarreta diversos fatores críticos de sucesso. A saber:

- O primeiro desafio com que o território se confronta é o da capacitação das pessoas e da atração de jovens para o meio rural, contrariando os fenómenos de esvaziamento resultantes da emigração.
- As explorações agrícolas e a sua viabilização estão no centro da estratégia. O estímulo à inovação e à experimentação no contexto das explorações agrícolas deverá ser uma prioridade constante e transversal presente nos projetos a apoiar;
- A criação de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias, de novos produtos e atividades e o apoio ao empreendedorismo e à transformação de ideias em empresas e projetos deverá ser assegurado. Um papel essencial cabe aqui às instituições de ensino superior/centros de conhecimento e às incubadoras, pela rede institucional de suporte;
- A melhoria da qualidade dos produtos, designadamente através da certificação, e da produtividade constituem, também, importantes desafios. O apoio técnico e financeiro assume nesta área um papel decisivo.
- A introdução de atividades turísticas nas explorações e a animação turística em torno das tarefas agrícolas permitirão, por seu turno, a estruturação de ofertas específicas e diferenciadoras do território;
- As novas tecnologias da informação e da comunicação são hoje determinantes na gestão, na promoção e na comercialização de produtos locais e dos destinos turísticos. A aposta nas TIC's é, pois, condição de sucesso da estratégia na medida em que favorece o encurtamento das cadeias de comercialização.
- A capacidade para escalar as empresas e os negócios, muito relacionada com a capacidade para a sua internacionalização é, também, vital. No turismo, tal como noutras atividades / produtos (nomeadamente agroalimentares), existe uma excessiva dependência do mercado interno, sendo importante trabalhar para diversificar a os mercados.
- O desafio da organização através da capacitação para a criação, estruturação e consolidação de redes colaborativas de carácter empresarial e institucional é também um fator crítico de sucesso da estratégia.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

VOCAÇÃO ESPECÍFICA

A ADRIL enquanto entidade gestora do desenvolvimento rural no Vale do Lima, território de actividade agrícola rica e pioneiro do turismo rural, coloca como principal vocação do seu território assumir o Turismo no Espaço Rural como motor da economia local, capaz de criar valor e emprego, ao que se associa a Visão de "Fazer do Vale do Lima o melhor destino nacional de Turismo no Espaço Rural".

A superação deste desafio implica assumir um novo paradigma do desenvolvimento económico do território, partindo de um sector motor como o turismo rural que vai além do alojamento, integrando uma oferta de experiências/produtos diferenciados de Turismo de Natureza, Turismo Ativo, Enoturismo, Turismo Cultural e Patrimonial, Gastronomia e Produtos Locais, para o desenvolvimento do mundo rural.

Ao contrário do que, eventualmente e de forma precipitada, se possa concluir, a Visão formulada não é redutora setorialmente. Pelo contrário, apesar de ter um foco claro no Turismo no Espaço Rural, a Visão multisectorial da estratégia está assegurada, na medida em que o turismo tem por recurso o território, integrando todas as suas valências económicas, ambientais, paisagísticas, sociais e culturais, com particular enfoque nas atividades desenvolvidas nas explorações agrícolas cuja sobrevivência e sustentabilidade económica, em particular no Vale do Lima e na Região do Minho, historicamente radicam na sua multifuncionalidade e diversificação de produções e de serviços.

Esta Visão, tal como se encontra formulada, constitui uma evolução natural e o corolário das estratégias desenhadas e concretizadas nos períodos de programação anteriores:

- É a expressão de um futuro desejado portador de ambição mas realizável, atenta a experiência, o conhecimento tácito e o reconhecimento externo de que o Vale do Lima beneficia.
- É, também uma orientação clara, dirigida a todos os intervenientes no processo de desenvolvimento, que permite em cada momento conhecer o caminho a seguir e as ações a desencadear. A definição desta Visão é sintética e proactiva, pois aponta para a necessidade de melhoria, de ultrapassar o status quo regional e de tornar claro para todos que o sucesso do Vale do Lima depende do empenho de cada um.
- Encerra um juízo de valor de carácter qualitativo que aponta para a mudança de paradigma e para a inovação.;
- É a adaptação por via do ajustamento das perspetivas financeiras iniciais, concorrendo e justificando a focagem naquela que é a oferta mais diferenciadora do Vale do Lima, sob pena de dispersar a ação e o investimento, reduzindo à indiferença o seu impacto e os resultados esperados.
- As explorações agrícolas, as empresas em geral, incapazes de inovar perdem competitividade e morrem. Tal como acontece às regiões. O estímulo à inovação e à experimentação deverá ser uma prioridade constante e transversal à estratégia e aos projetos.
- Estimular o empreendedorismo em meio rural. A criação de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias, de novos produtos e o apoio ao empreendedorismo e à transformação de ideias em empresas e explorações agrícolas sustentáveis e competitivas deverá ser assegurado.
- A capacidade para escalar as empresas e os negócios, muito relacionada com a capacidade para a sua internacionalização é, também, vital.
- Por último, o desafio da organização através da capacitação para a criação, estruturação e consolidação de redes colaborativas de carácter empresarial e institucional

Esta Visão materializa-se na concretização de objetivos, nomeadamente:

A - Requalificar, modernizar e integrar a oferta de Turística no Espaço Rural

O Vale do Lima foi pioneiro na oferta de TER. A essência da sua oferta era a oportunidade de convívio com os proprietários num ambiente cultural tradicional. Os serviços, a oferta de produtos pré-organizados, até mesmo alguns níveis de conforto eram preteridos pela experiência do contacto pessoal. Hoje procuram-se experiências e vivências diferenciadoras, a participação ativa em atividades. Cabe aos destinos turísticos o difícil trabalho de conseguir conformar uma oferta de qualidade, moderna e disponibilizada de modo integrado. Tem que se oferecer ao turista uma oferta compósita, inovadora, de fácil acesso, com qualidade.

B - Acrescentar valor aos produtos agrícolas, agroalimentares e florestais

A estratégia do Vale do Lima não se resume ao Turismo, nem uma oferta turística no meio rural se desenvolve sem uma atividade agrícola associada, e uma produção agroalimentar e florestal consistente. Património destruído, montes e campos abandonados, com aldeias e vilas desertas, jamais constituirão um bom destino turístico. Acresce a esta situação o que vem referido no estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural (MADRP, 2012) e o seu novo paradigma já que metade da procura pretende cada vez mais o contacto com o mundo rural e com as suas atividades. Só com explorações agrícolas que apostem na qualidade, na valorização dos produtos da região, se podem alcançar aqueles resultados. No Vale do Lima, produtos como o Vinho Verde, as frutas, a carne e o fumeiro, sobreviveram e conseguiram adaptar-se e muitos têm hoje já qualidade e reputação invejáveis. Com este objectivo estratégico procura-se estimular o sector agrícola, agroalimentar e florestal, com o apoio à produção, a cooperação empresarial, a inovação, a generalização de boas práticas, a comercialização e a promoção, para que as atividades tenham uma procura crescente, acompanhem as novas tendências e sejam determinantes na economia regional.

C - Reforçar a competitividade da agricultura e da floresta

Todo o desenvolvimento do meio rural passa pela competitividade das suas organizações, nomeadamente das suas empresas e explorações. Com este objetivo estratégico pretende-se enfatizar a necessidade de se trabalhar especificamente na gestão interna das organizações, estimulando o trabalho em rede, o cruzamento sectorial com vista à inovação e produtividade, a melhoria das condições de funcionamento e gestão e a adoção de boas práticas na produção. Para isso é necessário intervir nos fatores chave de produção, criando melhores empresários e melhores empresas, com um melhor ambiente para as atividades económicas e melhores condições de vida. Com este ganho de competitividade das empresas também se procura criar mais e melhor emprego, o que deverá resultar na fixação e atração de população e de novas empresas. A ideia de um território com boas práticas empresariais, que apoia as empresas e os seus colaboradores é naturalmente determinante para a atração de mais investimento pois, contrariamente ao que se passa noutros sectores de atividade, a agricultura e a floresta e a área agroalimentar não são de fácil replicação ou transferência para outros territórios.

D – Inovar, experimentar e empreender na economia rural

À semelhança do resto do país. no Vale do Lima. a cultura do risco. da experimentação e do

empreendedorismo no meio rural é muito reduzida. A aposta recorrente nos mesmos produtos e métodos é predominante, invocando-se em demasia a sabedoria popular e a transmissão secular de conhecimentos. Sem prejuízo desse importante património cultural, mas cientes de que é do risco que surgem novos produtos de sucesso (o que seria do turismo no meio rural sem a experimentação e o risco?), a ADRIL pretende estimular a capacidade empreendedora das empresas locais (e não apenas as de jovens empresários), para apostarem na área da inovação e desenvolvimento em torno dos produtos de todos os sectores de atividade, do turismo à floresta, mas sempre a partir de recursos locais. Ter mais empresários a correr maiores riscos nessa área fundamental que é a da inovação social ligada ao apoio às populações e à economia e potenciar novas ideias de negócio, são os alvos a atingir para concretizar este objetivo estratégico. Pretende-se um Vale do Lima melhor para visitar, para viver, para trabalhar e para investir.

E - Preservar o património natural e cultural, material e imaterial, para criar valor

O turismo nesta região tem a sua tônica no património cultural. A disponibilização desse património para a visita turística deve ser explorada, qualificando produtos já existentes e criando novas ofertas.

Diferentemente do que estávamos habituados, temos que procurar articular recuperação, dinamização e emprego. Sendo importante a recuperação do património para fixar a memória, a sua dinamização turística, quando bem empreendida, não põe em causa esse objetivo e reforça até as condições da sua perpetuação. Todo o esforço deve ser colocado para que os projetos, com e sem fins lucrativos, sejam importantes dinamizadores da região. Sempre que possível, devem estes projetos ser geradores de riqueza e de emprego, cruzando-se com a ideia de estimular o empreendedorismo social e empresarial.

F - Incluir e qualificar

Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e, conseqüentemente, para o aumento da empregabilidade através do estímulo ao micro empreendedorismo e do autoemprego constitui um novo desafio que se coloca à Parceria. Trata-se, contudo, e não obstante a dimensão de recursos que lhe possa vir a ser afeta, de contribuir para uma alteração estrutural da intervenção da ADRIL em matéria de desenvolvimento rural, com um maior envolvimento nos processos que visam a criação do próprio emprego. Sendo uma realidade já presente no histórico da actividade da ADRIL no âmbito de alguns projectos apoiados onde predominam as micro-empresas, terá agora outros contornos, trabalhando com novos públicos mais avessos ao risco.

G - Capacitar para cooperar e competir

Ao longo dos diferentes períodos de programação e da execução de diversas abordagens LEADER, a ADRIL percebeu que é essencial um trabalho em parceria, com uma rede institucional que acolhe entidades públicas e entidades privadas, com âmbito regional, nacional e internacional. Este objectivo estratégico vai nesse sentido, continuando-se a trabalhar na cooperação para criar mais rede e maior capacidade de dinamização do mundo rural.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O modelo de participação e envolvimento dos atores territoriais relevantes abrange as diversas fases desde a avaliação do PRODER Eixo 3, a elaboração da macroestratégia e qualificação, a construção da EDL bem como a sua implementação:

- Antes da construção da Macro-Estratégia, que coincidiu com o final da execução do PRODER. Teve em vista a avaliação da gestão da EDL no período 2007/2014, designadamente do seu impacto no território e na economia. Constou de:
 - Realização de 4 sessões públicas de debate sobre os resultados do PRODER, para selecionar pistas para a EDL 2014/2020. Participaram 200 pessoas;
 - Avaliação ex-post do PRODER, contratada a entidade independente, incluindo a participação/auscultação de Promotores e de outros atores locais, inquéritos online, estudos de caso de sucesso e entrevistas.
 - Durante a construção da Macro-Estratégia, a partir de Setembro de 2014. Constou de:
 - Realização de 4 reuniões de trabalho para validação do diagnóstico preliminar, SWOT e estratégia. Com a informação recolhida fez-se uma reunião de trabalho em cada município, todas com muita participação (55 stakeholders). Os resultados foram decisivos para a conformação da Macro-Estratégia do PDR Vale do Lima 2020:
 - Realização de 2 reuniões plenárias da Parceria para discussão e consensualização da Macro-Estratégia que fundamentou esta candidatura;
 - Diversas reuniões e outras iniciativas com outras ADL's para articulação das EDL's, quer ao nível da NUT II (Região Norte), quer mesmo das NUT III (Alto Minho, Cávado e Ave). Esta articulação temática e de inserção/cooperação foi formalizada em diversos protocolos (em anexo).
 - Na fase de construção da EDL, após a pré-qualificação, concebeu-se o Plano de Ação numa abordagem bottom-up, com:
 - Criação de Grupos de Trabalho Temáticos para cada objetivo estratégico, que produziram um documento referencial de concretização dos objetivos;
 - Criação de uma plataforma de interação no site da ADRIL, para apresentação pública da estratégia e recolha de contributos;
 - Realização de um Pro Action Café, para validação de ações operativas, que teve forte participação;
 - Realização de uma sessão plenária para análise, consensualização e validação da EDL completa.
 - No período de vigência da EDL 2014/2020, ou seja, no decurso do Programa, a ADRIL:
 - Precederá a publicação da cada Aviso com a divulgação nos meios de comunicação social local e regional e no seu site oficial e promoverá sessões de esclarecimento em todos os municípios do seu território;
 - Promoverá a EDL em feiras e noutros eventos locais/regionais;
 - Publicitará textos e outros trabalhos sobre a sua atividade e fará avaliações de percurso que serão convenientemente publicitadas;
 - Reunirá pelo menos uma vez por mês o seu Órgão de Gestão, para acompanhamento permanente da atividade da ETL na prossecução da EDL;
 - Submeterá à discussão, apreciação e aprovação da Assembleia Geral e da Comissão de Acompanhamento (Conselho Consultivo) os Planos de Atividade e os Relatórios de Execução Anual e outros assuntos de interesse para a prossecução da EDL.
- À medida que se avança na implementação da EDL será ponderada o ajustamento e a introdução de novos mecanismos de participação dos atores relevantes.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A articulação da EDL Vale do Lima 2020 encontra-se, ao nível NUT II perfeitamente respaldada no documento RIS3 Norte 2020, que na definição do domínio prioritário de especialização "Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo", reconhece o Vale do Lima como um dos principais recursos da região em termos turísticos.

Coerentemente com a EDL Vale do Lima 2020, é destacada a estreita relação que se estabelece entre o TER e a fileira agroalimentar, nomeadamente no que respeita aos produtos locais e aos vinhos da região. A título de exemplo refere, ainda, que nos Solares de Portugal poderão ser encontrados exemplos de uma relação próxima entre os vinhos, os produtos locais e o alojamento turístico, possibilitando uma oferta turística assente em padrões de autenticidade.

A EIDT NUT III Alto Minho tem como visão conseguir "uma região que valoriza os seus recursos para se tornar MAIS COMPETITIVA; uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar MAIS ATRATIVA, uma região que GARANTE CONECTIVIDADE e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento, uma região ASSUMIDAMENTE RESILIENTE, que formaliza a capacidade de responder à mudança". A visão para o Vale do Lima parte do Turismo como sector âncora de um conjunto alargado de

atividades, para se tornar um contribuinte ativo da estratégia do AM. Um bom desenvolvimento turístico impõe a competitividade de todo o sistema de abastecimento, com alojamento, restauração, animação, museus, fornecedores de bens e serviços, comércio e transportes, entre outras atividades. Consequentemente torna-se mais atrativa porque deve ter os seus produtos bem estruturados, num nível mais exigente por obrigar à combinação de diversos elementos. Hoje é reconhecida a relevância do Turismo como motor da resiliência dos territórios de baixa densidade, permitindo a animação cultural, social e económica dos territórios e a sua preservação ambiental.

O Turismo é ainda uma importante mais-valia, enaltecida na EIDT do Alto Minho-a intermunicipalidade. Aqui, o sector tem demonstrado estar bastante avançado, pois o território reúne um conjunto cada vez maior de ofertas transversais, como são disso exemplos as redes de ecovias e outros trilhos, roteiros turísticos e caminhos de Santiago, entre outras ofertas.

O Alto Minho estabeleceu um conjunto alargado de objetivos estratégicos da sua ação, que se apresenta, referindo-se a sua relação com a estratégia da ADLIL:

VALORIZAR OS RECURSOS ENDÓGENOS COMO CRITÉRIO DE AFIRMAÇÃO POSITIVA

A EDL tem como base a exploração económica dos recursos endógenos através de um conjunto alargado de atividades económicas que têm como âncora o sector turístico. Com um consumidor cada vez mais exigente e criterioso, tendencialmente residente em centros urbanos, importa trabalhar a valorização dos recursos.

ARTICULAR A BASE COMPETITIVA REGIONAL E SECTORIAL

O modelo turístico do Vale do Lima parte da articulação de diversas instituições e empresas. Só assim se consegue uma região competitiva, apostando-se, como se constata pelo modelo de gestão e acordo de Parceria, no cruzamento entre sectores e instituições. Há algumas lacunas que se pretende resolver por via do incentivo ao trabalho em rede. A integração na Parceria de instituições que são agrupamentos de produtores e de empresas, é outro sinal do enfoque da ADLIL nesta articulação, pois só por essa via se consegue escala para competir com os territórios concorrentes, que também podem ser parceiros.

ESTRUTURAR PRODUTOS DE LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL

A atração de novos residentes para o espaço rural, seja em idade ativa e com capacidade de empreender, sejam residentes reformados que pretendem usufruir das amenidades rurais do Vale do Lima, constitui um objetivo da EDL. Um destino bom para visitar é um destino bom para viver, designadamente quando há uma estratégia de aposta na qualificação cultural e ambiental do território e na autenticidade das ofertas.

ESTRUTURAR RECURSOS TURÍSTICOS

O Turismo do Vale do Lima como o melhor destino TER nacional evidencia a correspondência das estratégias.

ESTRUTURAR PRODUTOS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

A EDL concorre e complementa este objetivo através do apoio ao investimento produtivo designadamente, na área agroalimentar.

PROMOVER A ATRATIVIDADE GLOBAL

Pretende-se tornar o Alto Minho um bom local para se viver, para visitar e para investir. O Turismo é um sector com procura crescente para investir, tendo vindo a diversificar as áreas de aposta. Um destino bom para visitar é um destino bom para se viver, designadamente quando há uma estratégia de aposta na qualificação cultural e ambiental do território e na autenticidade das ofertas. Na Agricultura, melhorar as unidades de produção agrícola é concorrer para a promoção da atratividade global do destino. No Ambiente, uma paisagem humanizada bem conservada é o retrato real do território.

CONJUGAR INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS PARA A MOBILIDADE DAS PESSOAS

O turismo contribui por via de novas formas de mobilidade, justificando estruturas como as ecovias e as ecopistas e contribui para uma maior utilização dos meios de transporte públicos e para a criação de novas ofertas.

PROMOVER A ABERTURA À ESCALA INTERNACIONAL E O ESTABELECIMENTO DE PLATAFORMAS COLABORATIVAS

A estratégia da ADLIL está muito vocacionada para a internacionalização do território. A cooperação nacional e internacional são objetivos prementes da EDL.

PROMOVER A RESILIÊNCIA POR VIA DA SUSTENTABILIDADE

A experiência da ADLIL demonstra que as opções realizadas geraram bons investimentos sustentáveis tendo tido, os mais relevantes, um importante efeito multiplicador na região. As intervenções nas aldeias, o apoio a empreendimentos de animação turística estruturantes e o apoio às estratégias de preservação e animação da paisagem, são exemplos de intervenções que contribuíram para a resiliência por via da sustentabilidade ambiental.

PROMOVER A RESILIÊNCIA POR VIA DA COESÃO

A ADLIL teve sempre preocupação com a coesão territorial, como se verifica na distribuição geográfica dos projetos apoiados nos quadros anteriores. Na difícil tarefa de evitar a desertificação do mundo rural, a

quantidade de empresas e de postos de trabalho criados, demonstra um enorme esforço para conseguir este equilíbrio.

PROMOVER A RESILIÊNCIA POR VIA DA COMPETITIVIDADE

A competitividade tem que se conseguir pela inovação dos produtos e dos serviços, no perfil do empresário e no modelo de negócio. Os princípios pré-estabelecidos para o apoio aos projetos neste novo ciclo, complementando o que serão as regras dos regulamentos, colocam uma grande ênfase na qualidade dos negócios; no reforço das empresas que já estão a laborar, por via da inovação e da diversificação das suas atividades; na promoção do trabalho em rede para a comercialização e capacitação, procurando desenvolver sinergias e conseguir escala competitiva; no trabalho com agrupamentos de produtores, para que tenham maior capacidade de resposta e ajustamento aos mercados.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

São quatro os Eixos que constituem o Programa de Ação que estruturam as diferentes tipologias de intervenção previstas para o FEADER, o FEDER e o FSE: I—Competitividade e Inovação Rural -Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas -Pequenos investimentos na transformação e comercialização -Diversificação de atividades na exploração -Cadeias curtas e mercados locais -Promoção de produtos locais -Emprego e Mobilidade de Trabalhadores II—Recursos do Território - Património Cultural -Património Natural III—Empregabilidade e Inclusão -Criação do próprio emprego ou empresa por desempregados IV—Governança, Cooperação e Capacitação Por seu turno os objetivos estratégicos, concretizam-se em múltiplos objetivos específicos como a seguir se explicita: A. Requalificar, modernizar e integrar a oferta de turística em espaço rural A.1 (Re)qualificar empreendimentos que assegurem níveis de qualidade nas unidades de Agroturismo, Casas de Campo (se integradas em aldeias ou em explorações agrícolas) e Turismo de Habitação A.2 Melhorar a eficiência energética dos edifícios de alojamento turístico e seus equipamentos complementares A.3 Incrementar a oferta de serviços de animação turística nos empreendimentos e nas aldeias, nomeadamente os de utilização comum A.4 Consolidar a oferta de experiências turísticas transversais ao Vale do Lima, assentes nos recursos do território (designadamente Turismo de Natureza, Enogastronomia, Touring Cultural e Religioso— Caminhos de Santiago, Turismo Criativo, etc.) A.5. Apoiar o pluri-rendimento nas explorações agrícolas, através da diversificação das atividades económicas. B. Acrescentar valor aos produtos agrícolas, agroalimentares e florestais B.1 Valorizar e promover os produtos de qualidade, como o Vinho Verde, as raças autóctones, os produtos da terra, entre outros B.2 Melhorar a comercialização da produção local através de novas estratégias de marketing; B.3 Aumentar o número de produtos e produtores certificados no Vale do Lima B.4 Direcionar e orientar os fluxos de turistas e de visitantes de forma a contribuir para o encurtamento das cadeias de comercialização dos produtos locais C. Reforçar a competitividade da agricultura e da floresta C.1 Estimular a cooperação entre empresários agrícolas e destes com sectores complementares, que permita ganhos de eficiência nos processos e de qualidade do produto C.2 Desenvolver unidades empresariais agrícolas e florestais por via da melhoria dos métodos de produção, comercialização e modelos de gestão, nomeadamente com informatização de processos, requalificação de instalações, eficiência energética C.3 Apoiar investimentos em negócios agrícolas suscetíveis de contribuir para melhorar a performance ambiental da região, concorrendo para a imagem global de território amigo do ambiente e qualidade ecológica C.4 Incentivar a produção em modo biológico e proteção integrada, facilitadora do acesso aos mercados mais exigentes e que promova a imagem do território como zona de excelência e diferenciadora D. Inovar, experimentar e empreender na economia rural D.1 Apoiar a experimentação e a prototipagem de negócios em torno dos recursos e produções locais, incluindo os cruzamentos setoriais para desenvolvimento de novos produtos e serviços D.2 Promover a economia social como resposta inovadora aos desafios da empregabilidade, inclusão social e preservação do património cultural e ambiental D.3 Incrementar o número e a qualidade dos processos de transformação de ideias em negócios, especialmente os gerados por jovens empreendedores e/ou por mulheres empreendedoras D.4 Criar um ambiente favorável ao risco e disseminar a cultura do empreendedorismo E. Preservar o património natural e cultural, material e imaterial, para criar valor E.1 Preservar o património cultural e natural por via de criação de novas ofertas turísticas E.2 Incentivar a produção de conhecimento em torno do património cultural e natural como factor de desenvolvimento e inclusão social da população residente E.3 Apoiar iniciativas empresariais na área da criatividade, baseadas e inspiradas nos recursos patrimoniais e nas tradições rurais E.4 Melhorar a conectividade entre as aldeias e

agregar a sua oferta através da criação e animação de Rotas temáticas, designadamente a Grande Rota das Aldeias do Vale do Lima F. Incluir e qualificar F.1 Capacitar os recursos humanos para dar resposta às necessidades do tecido empresarial local F.2 Promover a cidadania, a autoestima e o desenvolvimento pessoal como formas de inclusão G. Capacitar para cooperar e competir G.1 Aprofundar a cultura e disseminar ferramentas de trabalho em rede no contexto da implementação da estratégia e da execução dos projetos, nomeadamente através da partilha de recursos, competências e conhecimentos existentes G.2 Aprofundar a cooperação LEADER para o desenvolvimento rural e para a inovação, designadamente na ótica territorial (explorando a identificação que resulta da proximidade do Alto Minho e do Minho) e na temática (Turismo no Espaço Rural; Enoturismo; Gastronomia; Vinho; etc.) G.3 Perspetivar a cooperação como instrumento para a internacionalização, marketing e promoção do território de intervenção e dos produtos locais, designadamente através da integração e participação em redes europeias G.4 Reforçar a capacidade institucional para a gestão, animação e avaliação das estratégias de desenvolvimento local. Os Eixos do Programa de Ação cruzam-se com os Objetivos Estratégicos do seguinte modo: Eixo I–Objetivos A, B,C e D Eixo2 –Objetivos B, D e E Eixo3 –Objetivos B, C, D, F e G Eixo4 –C e G. A relação entre os eixos e as medidas e ações previstas os objetivos estratégicos da ADRIL (OE) e os resultados são: Eixo I- Competitividade e Inovação Rural: •OE A/B/C-Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – resultados: 111 projetos apoiados •OE A/B/C-Pequenos investimentos na transformação e comercialização – 7 projetos apoiados •OE A/B/C-Diversificação das atividades na exploração – 16 projetos apoiados •OE B/C/D–Cadeias curtas e mercados locais – 13 projetos apoiados •OE B/C/D-Promoção de produtos de qualidade locais – 8 projetos apoiados. Eixo II-Recursos do Território •OE E–Renovação das Aldeias–21 projetos apoiados •OE E-Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – aumento do número esperado de visitantes–1000/ano Eixo III–Empregabilidade e Inclusão •OE C/D/F –Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados–75 projetos apoiados •OE C/D/F –Micro empresas–15 projetos apoiados Eixo IV–Governança, Cooperação e Capacitação •OE G-Redes e capacitação institucional–envolvimento em projetos de cooperação nacional e internacional, e continuidade do posicionamento da ADRIL como interlocutor relevante no desenvolvimento regional do Alto Minho e do Minho •OE G-Funcionamento e gestão do GAL–implementação da EDL

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A estrutura dos Eixos de intervenção da Estratégia do GAL Rural do Vale do Lima, acolhe as diferentes tipologias de intervenção previstas para o Programa. A Parceria entendeu que face aos meios disponíveis, fazia sentido uma orientação para áreas bem definidas, com opções técnicas e políticas claras. O grande desafio era realizar um trabalho duradouro, com continuidade e sustentabilidade dos projetos e do seu impacto no desenvolvimento rural. O Turismo é um dos sectores que permite atingir esse objetivo, pois atrai:

- um conjunto de exigências associadas ao que hoje se considera qualidade de vida e sustentabilidade dos territórios;
- investimento, com a geração de postos de trabalho, centrados em micro e pequenas empresas;
- a criação de equipamentos de lazer, de fruição mútua (residentes e visitantes), cada vez mais valorizados;
- a necessidade de abastecimentos de cadeia curta, especialmente num território cuja gastronomia e produtos locais têm tanta relevância, sendo gradualmente mais importante garantir a autenticidade da oferta. Por outro lado, gera:
- a necessidade de preservar a paisagem natural e cultural, o que só é possível com atividade económica, cultural e social no terreno;
- um efeito multiplicador, como é norma do sector turístico, que vai alimentar outras atividades económicas complementares e que são a estrutura do desenvolvimento rural.

Este foi o percurso seguido, que hoje se percebe ter sido um desafio superado. Não é um processo concluído e as alterações recentes na economia nacional e no êxodo populacional do interior, vêm colocar novos desafios. Ao risco de desertificação acresce o risco de fosso geracional face ao que são os indicadores de desemprego jovem. Daqui decorre o risco de perda turística por via da degradação do património natural e cultural. A necessidade de transformar um meio que se pautava por trabalho agrícola muito orientado para a subsistência, num meio com iniciativa e capacidade empreendedora, não apenas empresarial, implica uma estratégia bem definida. Para responder a este enquadramento, os eixos serão: I – COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO RURAL – o enorme desafio que se enfrenta nos territórios rurais é o de conseguir dar continuidade à mudança de modelo de trabalho e investimento. Há vontade de voltar a trabalhar a terra e urgência de longo prazo para que esta seja mantida com um dos mais valiosos ativos do Homem. A adoção de boas práticas nos negócios, respeitando o ambiente e explorando o que são os recursos locais, aproveitando uma população cada vez mais tecnicamente capacitada, e com maior apetência para o risco, com uma aposta no cruzamento intergeracional, são uma excelente base de trabalho. II – RECURSOS DO TERRITÓRIO – os recursos específicos devem ser o foco de toda a estratégia. A aposta nos produtos locais, na biodiversidade, na qualificação das condições de exploração sustentada e na fruição equilibrada dos recursos, é um eixo essencial, incluindo todo o património natural e cultural. III – EMPREGABILIDADE E INCLUSÃO – o problema do desemprego é hoje uma enorme preocupação, especialmente o desemprego dos extremos – jovem e mais de 45 anos de idade. Os regulamentos específicos determinarão as condições em que a ADRIL melhor poderá contribuir para a sua diminuição. Por via do apoio a negócios nas diversas áreas do turismo, da agricultura, mas também de áreas complementares e que são importantes suportes àquelas atividades, pretende-se estimular a criação de novos negócios, de emprego e de riqueza. IV – GOVERNANÇA, COOPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO – trata-se de um eixo respeitante a toda a gestão do programa, seguindo o que são as melhores práticas e regras definidas pelos Órgãos de Gestão. De salientar o esforço de aprofundamento da Parceria no âmbito da preparação da nova estratégia com o maior envolvimento dos parceiros nos contributos. É uma mudança que se pretende implementar ao longo do processo com a avaliação da evolução da situação. Na cooperação, pretende-se reforçar o trabalho desenvolvido no passado, permanecendo atento a novas áreas de ação que são apontadas como estratégicas, nomeadamente na inovação e criatividade no meio rural e nas estratégias para a relação urbano/rural. Na área da capacitação da população local, procurar-se-á uma maior articulação com as instituições locais, nomeadamente com o IEFP e com as instituições do Ensino Superior e Formação Profissional, para que haja maior consequência em toda a gestão das ofertas.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	39,00	97,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,75	1,87	985 642,44€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	6,00	328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	6,00	14,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6,00	14,00	821 368,70€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	365,05	912,63	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,11	0,27	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,20	0,50	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	5,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	9,00	492 821,22€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	219,03	547,58	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,08	0,20	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	3,00	7,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,06	0,15	328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	7,00	18,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	328 547,48€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	39,00	65,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 428 313,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	15,00	Postos de trabalho criados	4,00	22,00	308 515,68€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	5,00	23,00	Postos de trabalho criados	6,00	32,00	462 773,52€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	107,00	428,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,05	0,21	42 849,40€



09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	107,00	428,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,05	0,21	42 849,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	438,06	1095,16	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados no Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	35,00	87,00				985 642,44€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública usada no Pequenos investimentos na transformação e comercialização	146,02	365,05				328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/Beneficiários Apoiados na Diversificação de atividades na exploração	5,00	13,00				821 368,70€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Camas Disponibilizadas	11,00	28,00	821 368,70€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/Beneficiários apoiados nas Cadeias curtas e mercados locais	4,00	10,00				492 821,22€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Peso da Despesa Pública para apoio à renovação de Aldeias	10,00	10,00				328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias				Aumento do n.º de visitantes	12,00	30,00	328 547,48€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa pública usada na promoção de produtos de qualidade locais	146,02	365,05			328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	N.º de Produtos locais incluídos em ações de promoção	6,00	15,00			328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos / Beneficiários apoiados na Promoção de produtos de qualidade locais	3,00	7,00			328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Despesa pública usada na Renovação de aldeias	146,02	365,05			328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos / Beneficiários apoiados na Renovação de aldeias	6,00	16,00			328 547,48€
99.M10 - LEADER	FEADER	Medida 10 - Leader	Investimento	3033,99	7584,99			3 285 474,80€
99.M10 - LEADER	FEADER	Medida 10 - Leader	Empresas Apoiadas pela Medida 10 - Leader	51,00	128,00			3 285 474,80€



09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	FEDER - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária				Efeito Multiplicador do investimento público no investimento privado	0,80	1,40	856 988,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Medida 10 - Leader	População coberta pela EDL	84,82	84,82				3 285 474,80€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	FEDER - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Número de estratégias	1,00	1,00				856 988,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	3 285 474,80€
FSE	1 428 313,00€
FEDER	856 988,00€
Total	5 570 775,80€

Pressupostos

Foram assumidos os seguintes pressupostos: - Distribuição das verbas do convite: Como o valor irá ser calculado posteriormente com base numa fórmula e em critérios ainda não conhecidos, recorreremos por usar métodos simplificados para calcular o valor a afetar à EDL do Vale do Lima: . Para a distribuição das verbas FEADER usa-mos a mesma proporção da distribuição de verbas inicial do Eixo 3 do PRODER; . No que respeita às verbas FEDER e FSE optámos por distribuir equitativamente os valores do convite pelas 21 DLBC da Região Norte. . FEADER: . Na distribuição das verbas entre as ações “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” e “Pequenos investimentos na transformação e comercialização”, tivemos em consideração os PA aprovados nestas ações no PRODER; . Na ação “Diversificação de Atividades na Exploração” assumimos 25% da DP, uma vez que esta ação é a mais representativa da nossa estratégia e também a mais pretendida no Vale do Lima. . FEDER . Eixo 6 – Foi efetuada uma distribuição de 40% para “Projetos de criação do próprio emprego ...” emprego e 60% para “Projetos de investimento para expansão ...”, por estimarmos que o volume de investimento na nesta seja superior, e o valor na primeira deverá garantir a executabilidade do FSE. Para o cálculo dos indicadores de realização e resultado, considerámos: - Metas 2018 e 2023 – uma vez que o início do quadro comunitário já leva atraso. Pela nossa experiência nas s edições anteriores consideramos acertadas uma execuções de 40% em 2018 e o restante até 2023. - Para o cálculo dos postos de trabalho consideramos o custo unitário de 64.000,00€ (ação 3.1 do PRDER no Vale do Lima) valor aplicado apenas nas ações vocacionadas para a criação de emprego; - Na ação “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, admitimos que 5% dos PA criam postos de trabalho; - No cálculo do n.º de camas disponibilizadas na ação “Diversificação de atividades na exploração” consideramos que metade dos PA corresponderão à criação de novos alojamentos, e que a limitação do investimento a 200.000,00€ justifica uma tipologia média T2 (4 camas). - No cálculo do n.º de camas disponibilizadas na ação “Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local...” Consideramos que 41% dos PA correspondem a alojamento e que a limitação de investimento a 100.000,00€ justificará uma tipologia média T1 (2 camas). No cálculo da percentagem de projetos de alojamento tivemos em consideração a distribuição dos PA apresentados ao Eixo 3 do PRODER nas ações 3.1.2 e 3.1.3. - As metas da prioridade de investimento 9.6 da ação “Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho” foram contabilizadas no FSE e no FEDER. No FSE o apoio ao emprego, e no FEDER os Postos de trabalho criados apenas através do apoio ao investimento. Esclarecemos que os 7 postos de trabalho considerados no FEDER estão também incluídos no FSE, pois também beneficiaram de Apoio ao Emprego. Nota: no quadro “Investimentos, Ações e Metas” para a Ação do Pacto “Renovação de aldeias” (FEADER) não existe indicador de resultado aplicável, tendo por isso sendo selecionado o indicador “Empregos criados através de projetos LEADER apoiados” e preenchido com 0.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A ADRIL é a entidade coordenadora do consórcio Minho IN. Uma Estratégia de Eficiência Coletiva, cuja área de intervenção é o território de baixa densidade das 3 NUTS III do Minho: Minho/Lima; Ave; e Cávado. Sendo liderado pelas três CIM, o Minho IN conta com um envolvimento ativo das ADL's da região – ADRIMINHO, ATAHCA, PROBASTO e SOL DO AVE. A ação das ADLs no contexto do Minho IN é particularmente relevante no apoio aos investimentos bem como nos produtos estratégicos – gastronomia, enoturismo, solares, aldeias e jardins.

SOLARES, ALDEIAS E JARDINS – A marca "Aldeias de Portugal" tem por base uma rede que abrange cerca de 80 aldeias no Norte de Portugal, pretendendo-se reforçar a sua qualidade e âmbito geográfico. Também se pretende desenvolver trabalho de cooperação no âmbito dos "Solares de Portugal". No Vale do Lima tem-se realizado um excelente trabalho nesta área e começa a existir uma oferta turística interessante de jardins e espaços ajardinados, muitos deles associados a alojamento turístico, que têm registado um crescimento significativo na própria Europa.

ARTES E OFÍCIOS - RURAL CRIATIVA– concluída a fase de análise e avaliação da realidade atual numa parceria com outras ADL's do Norte de Portugal, apoiada no âmbito da Rede Rural, pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido na cooperação nacional e internacional. A comercialização, o trabalho em rede e a troca de conhecimentos e experiências são as principais áreas de cooperação previstas.

URBANO/RURAL – Do estudo do tema ao desenvolvimento de soluções para o território, coloca-se agora a necessidade de pensar, discutir e estruturar a forma de desenvolver em benefício mútuo a relação urbano/rural. A exploração das cadeias curtas, da mobilidade, da habitação, dos conceitos de qualidade de vida, da educação, inclusão e apoio social, são temas obrigatórios na agenda deste quadro.

ALDEIAS DE TRADIÇÃO – EUROPE OF TRADITIONS – Pretende-se reativar este Agrupamento Europeu de Interesse Económico, que teve excelentes resultados no espaço europeu e exportar esta experiência para o Brasil, que tem demonstrado muito interesse na prossecução desta iniciativa.

GASTRONOMIA – Região Europeia da Gastronomia – O MINHO foi eleito Região Europeia da Gastronomia 2016. O Vale do Lima, pelo seu receituário, oferta de restaurantes e eventos gastronómicos e Vinho Verde, tem um papel importante neste processo. Entende a ADRIL que esta iniciativa tem um grande alcance, mas não tem em condições, por si só, de a garantir, pretendendo, assim, trabalhar em parceria.

CAMINHO DE SANTIAGO– No contexto transfronteiriço Norte de Portugal/Galiza, assume uma grande importância como área de cooperação a rede do Caminho Português de Santiago. É uma realidade cultural de interesse turístico, com crescimento exponencial nos últimos anos. É um tema de cooperação fundamental para a ação da ADRIL em parceria com as ADL's suas confinantes e com a vizinha Galiza.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Como o conjunto dos associados da ADRIL corresponde à Parceria Local, esta reúne em Assembleia Geral (AG), órgão deliberativo a quem cabe a eleição dos membros dos restantes órgãos sociais: Direção (D), Conselho Fiscal, Conselho Consultivo (CC) e Órgão de Gestão (OG). No esquema 1 do anexo Órgão de Gestão e Estrutura Técnica Local está ilustrada e identifica-se a estrutura orgânica da ADRIL.

São competências dos Órgãos:

AG:

- Dar parecer sobre a admissão de novos parceiros, formalizada pela D
- Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividade apresentados pelo OG
- Pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo OG, sobre todas as matérias de interesse para a atividade do GAL, e em temas associados ao desenvolvimento sustentável do território

O OG, é responsável por:

- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL
- Assegurar a participação dos Parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e, se necessário, propor alterações na EDL
- Decidir, com base nos pareceres da ETL, sobre os PA, de acordo com as orientações técnicas definidas pelas Autoridades de Gestão
- Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL no âmbito das medidas de funcionamento e gestão, desenvolvimento de ações de animação territorial e capacitação institucional e cooperação

- Representar o GAL
- Aprovar o Manual de Procedimentos, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas das Autoridades de Gestão
- Elaborar e submeter à aprovação das Autoridades de Gestão as propostas dos Avisos de Abertura de Concursos
- Definir os critérios de seleção a aplicar, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL
- Propor à AG a aprovação dos relatórios de execução anual.

O CC assume funções de Comissão de Acompanhamento, reunindo, no mínimo com periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que OG o convoque para emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e avaliação da EDL. Na avaliação externa intermédia e final, o CC debruçar-se-á sobre os relatórios de avaliação produzidos, emitindo o competente parecer.

Estrutura Técnica Local (ETL)

A ETL é constituída pelo Coordenador, pelo Departamento Técnico de Planeamento e Projetos (DTPP) e pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF).

O Coordenador tem a seu cargo:

- Coordenação técnica, administrativa e financeira da ETL
- Divulgação dos objetivos da intervenção e âmbito de aplicação
- Esclarecimentos das dúvidas relativas ao processo administrativo
- Definição das condições dos Avisos de Abertura (DL159/14)
- Distribuição dos PA recebidos pelos Técnicos
- Validação dos pareceres técnicos e do relatório final do Aviso para decisão do OG
- Distribuição dos PP pelos Técnicos, assegurando a segregação de funções entre as análises de PA e PP e posterior validação

O DTPP é responsável por:

- Elaborar o Manual de Procedimentos do GAL, de acordo com as orientações técnicas das Autoridades de Gestão e submetê-lo à aprovação do OG
- Definir as condições dos Avisos de Abertura
- Esclarecer as dúvidas sobre os programas em curso
- Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos PA, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos na legislação e os critérios de seleção definidos para cada concurso
- Solicitar parecer ao(s) Parceiro(s), no âmbito da análise dos PA,
- Elaborar o relatório final do Aviso, incluindo a hierarquização das candidaturas de acordo com a valia calculada
- Acompanhar física e financeiramente da execução dos PA, assegurando a segregação de funções entre Técnico analista de PA e Técnico de Acompanhamento físico e financeiro (analista de PP)
- Analisar os PP
- Assegurar os procedimentos para a realização da avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução

O DAF tem as seguintes atribuições:

- Receção/envio, registo e arquivo da correspondência
- Organização do dossiê de cada PA
- Esclarecer as dúvidas sobre os programas em curso

A ETL é constituída por 4 elementos, 3 Técnicos Superiores e 1 Administrativo, responsáveis pela implementação operacional da EDL. Técnicos com reconhecida experiência na implantação das EDL's anteriores, sendo 2 colaboradores da ADRIL desde a sua constituição. Relativamente à formação, estão abrangidas áreas como Turismo, Desenvolvimento Rural, Engenharia Civil, Arquitetura, Planeamento e Ordenamento do Território, Agricultura, Gestão e Contabilidade.

Dada a limitação de recursos técnicos internos, foram contratados externamente os serviços de Contabilidade, Informática e a Assessoria Jurídica.

Nas áreas em que não exista um técnico especializado na ETL, serão solicitados pareceres aos Parceiros da área de intervenção.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia da prossecução dos

objetivos e metas definidos na EDL será levado a cabo a dois níveis – a nível operacional a nível estratégico. Do ponto de vista operacional, o Órgão de Gestão e a Estrutura Técnica Local assegurarão um conjunto de tarefas de acompanhamento operacional, designadamente no que se refere aos indicadores de execução física e financeira dos projetos.

Para isso serão desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Reuniões de trabalho e contactos permanentes com os Promotores;
- Realização de visitas técnicas, nomeadamente aquando dos Pedidos de Pagamento e sempre que sejam detetadas situações de incumprimento;
- Análise dos documentos de despesa;
- Emissão de comunicações de alerta aos promotores sempre que se verifiquem desvios na execução dos Pedidos de Apoio;
- Apreciação dos relatórios de execução.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos permitirão detetar eventuais desvios e introduzir alterações que exijam uma reprogramação.

Por outro lado, a intervenção da Equipa Técnica Local nesta área será complementada pelas auditorias realizadas pela Autoridade de Pagamento e de Gestão a nível nacional.

Do ponto de vista estratégico, o acompanhamento dos projetos será assegurado pelo Órgão de Gestão. A ETL realizará mensalmente mapas e relatórios de gestão corrente, que serão apreciados pelo Órgão de Gestão, podendo este, sempre que necessário, recorrer à Comissão de Acompanhamento, que se pronuncia sobre a sua coerência e enquadramento estratégico.

Modalidades e Instrumentos para a Avaliação da Implementação da EDL

Prevê-se a adoção dos seguintes mecanismos:

- Implementação de um sistema de controlo de qualidade

Com o objetivo de melhorar os procedimentos administrativos internos, diminuir o risco e credibilizar a sua intervenção, a ADRIL pretende implementar um sistema de controlo de qualidade formalmente certificado.

- Criação de tableau de bord

Aproveitando a experiência do último período de programação, propõe-se a estruturação de uma base de dados integrada com informação de todos os projetos e seus Promotores. Esta base de dados permitirá uma análise agregada de todo o universo de projetos candidatados e aprovados, possibilitando a desagregação da informação de acordo com o que sejam as pretensões dos seus utilizadores. Será possível perceber o número de candidaturas apresentadas, as aprovadas, as desistências, o CAE de atividade dos projetos, o perfil dos Promotores, os postos de trabalho criados e a distribuição de despesas. Esta base de dados será regularmente atualizada, podendo ser obtida informação em qualquer instante. Servirá, ainda, para alimentar os relatórios de avaliação intercalares, planos de atividades e, conseqüentemente, fornecerá informação para avaliar e reajustar a estratégia. Deste modo, identificar-se-ão também as áreas de intervenção.

- Janela ADRIL

Assim como na fase de preparação foram criados pontos de contacto mais regular com a Comunidade, também na fase de implementação da estratégia apostaremos numa maior transparência e estimularemos a participação da Comunidade. Esta alteração de modelo de gestão é importante, pois incluirá dados de fácil compreensão e análise pela Comunidade e pelos elementos da Parceria. É mais uma ferramenta para perceber a relação entre o que estava programado e o que está a acontecer a cada momento, monitorizando-se a execução e introduzindo-se reajustes ao programa. A janela ADRIL será acessível a partir do seu site.

- Publicação de um boletim de acompanhamento da execução física e financeira

Num reforço da comunicação com os Órgãos de Gestão, com os elementos da Parceria e com a Comunidade, a ADRIL prevê a publicação de um boletim, provavelmente de caráter semestral, com informações sobre a evolução dos trabalhos, a apresentação de resultados, os trabalhos na área da cooperação e outros assuntos de interesse geral.

- Plano de Atividades anual

Como decorre das suas obrigações, a ETL apresentará um Plano de Atividades anual para apreciação da Assembleia Geral. Este documento conterá a previsão financeira e dos objetivos e metas que lhe correspondem no exercício do ano seguinte.

A preparação do Plano de Atividades representa, pois, um momento de balanço dos resultados atingidos e a atingir.

Estes resultados devem ser coincidentes com os apresentados na candidatura do DLBC Rural, e de fácil compreensão e cálculo.

- Relatório de Execução Anual

Como tem sido prática, é apresentado anualmente um relatório de execução com a concretização física e financeira da estratégia, complementado por outras informações sobre os diversos assuntos relacionados



com a gestão do financiamento e com os projetos de cooperação. Este relatório é discutido e apreciado pelos Órgãos de Gestão e Acompanhamento, dando lugar a eventuais reajustamentos ou à confirmação da boa execução da estratégia.

Pela simples comparação do Plano de Atividades com o Relatório de Execução Anual, será sempre possível avaliar e corrigir os desvios das metas programadas.

- Avaliação externa do trabalho desenvolvido pela ADRIIL

Será levado a efeito um exercício de avaliação externa da execução da EDL, que incidirá em dois momentos específicos – durante o ano de 2019, com referência à execução registada até 31 de Dezembro de 2018; e no final da execução, em 2022.

A avaliação externa incluirá uma abordagem estratégica e outra sobre a realização física e financeira.

A avaliação ajustar-se-á a critérios de relevância, de eficiência e de impacto e será realizada por uma assessoria técnica independente, envolvendo a participação dos Parceiros, dos Promotores e da Comunidade local. Os resultados serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento e submetidos à Assembleia Geral da ADRIIL.

Com estes instrumentos de avaliação acima previstos e as orientações emanadas das Autoridades de Gestão, estão asseguradas as condições para a avaliação, a monitorização e o acompanhamento da execução do Programa.

Documentos





Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	DLBC Rural_ADRIL_Indicadores dez2015.xlsx	09/12/2015 15:39	502591218
Outros	4. Protocolo ADL's Norte.pdf	24/07/2015 11:39	198799365
Outros	9. Parecer CIM.pdf	24/07/2015 11:40	198799365
Outros	12. Certidão M Finanças.pdf	24/07/2015 11:42	198799365
Outros	5. Protocolo ATA.pdf	24/07/2015 11:39	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. CV Francisco Calheiros.pdf	24/07/2015 11:38	198799365
Outros	10. Estatutos ADRIL.pdf	24/07/2015 11:41	198799365
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-056.pdf	30/09/2015 10:47	
Outros	11. Certidão S Social.pdf	24/07/2015 11:41	198799365
Protocolo de parceria	1. Protocolo de Parceria.pdf	24/07/2015 11:36	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. Órgão de Gestão e Estrutura Técnica Local.pdf	24/07/2015 11:37	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. CV Sandra Brito.pdf	24/07/2015 11:39	198799365
Outros	3. Quadros de Apoio.pdf	24/07/2015 18:34	198799365
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-056.pdf	27/07/2015 12:50	198799365
Outros	7. Protocolo Minho IN.pdf	24/07/2015 11:40	198799365
Outros	13. Candidatura_Rec_DLBC_ADRIL_1.ª Fase.pdf	24/07/2015 11:42	198799365
Outros	8. Protocolo TURIHAB.pdf	24/07/2015 11:40	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. CV João Abreu Lima.pdf	24/07/2015 11:38	198799365
Outros	6. Protocolo DLBC's Alto Minho.pdf	24/07/2015 11:40	198799365
Outros	14. DLBC Vale do Lima_2ª fase.pdf	24/07/2015 11:42	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. CV Célia Capitolina.pdf	24/07/2015 11:37	198799365
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	2. Órgão de Gestão - Ata.pdf	27/07/2015 10:13	198799365

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ADRIL-ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA	NIF	502591218
Submetido por	SANDRA SOFIA SILVA DA COSTA BRITO	NIF	198799365
Data de Submissão	09-12-2015		

~~SECRET~~ |  


ANEXO 1

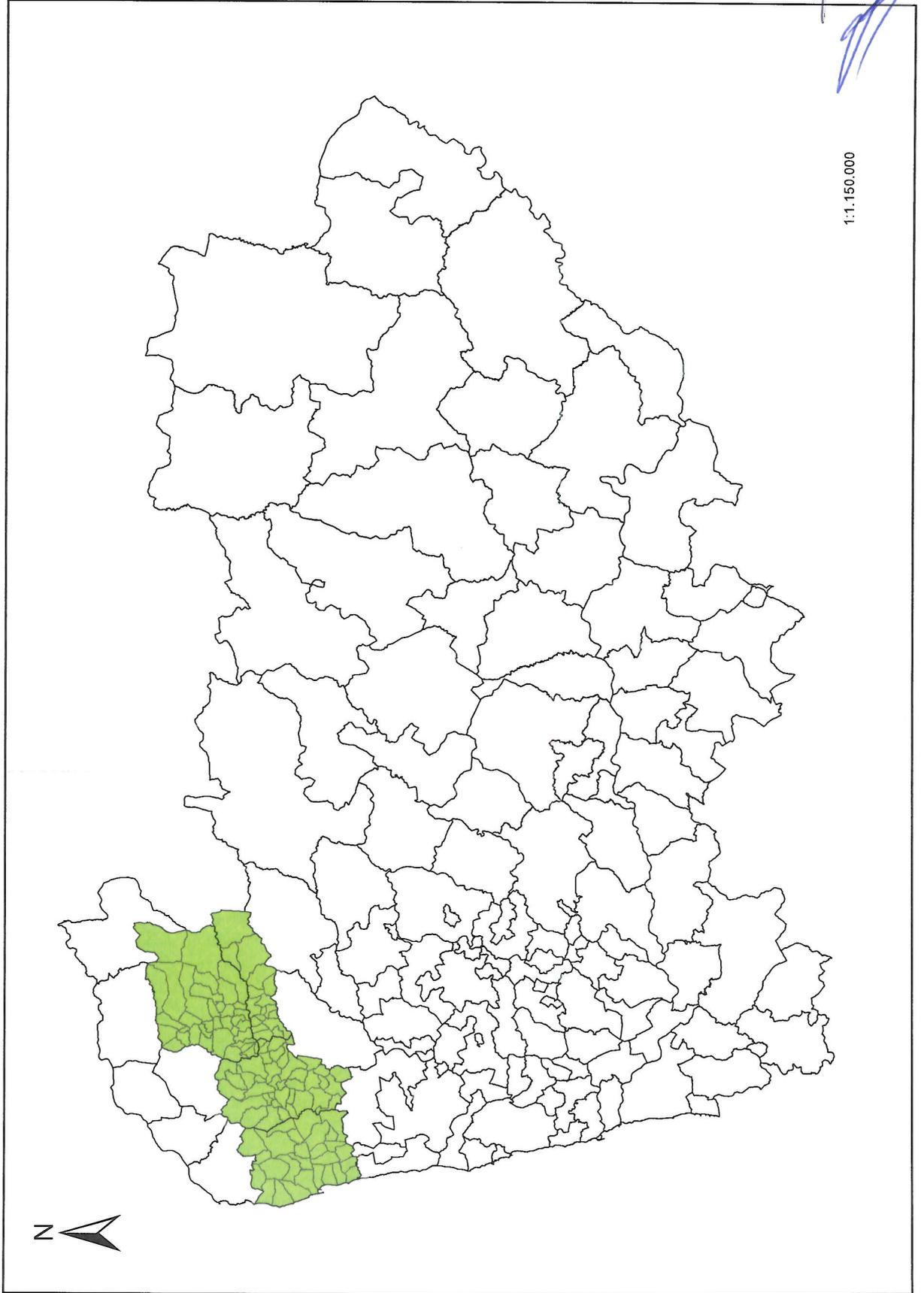
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

ANEXO 2

DLBC RURAL: GAL ADRIL



1:1.150.000

672

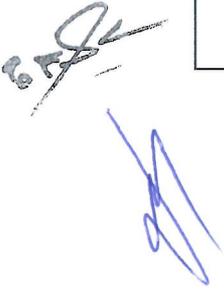
Território de Intervenção - ADRIL

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
ARCOS DE VALDEVEZ	Aboim das Choças	333
	Aguiã	705
	Ázere	247
	Cabana Maior	239
	Cabreiro	428
	Cendufe	360
	Couto	615
	Gavieira	298
	Gondoriz	958
	Miranda	325
	Monte Redondo	227
	Oliveira	330
	Paçô	933
	Padroso	234
	Prozelo	943
	Rio Frio	684
	Rio de Moinhos	438
	Sabadim	468
	Jolda (São Paio)	360
	Senharei	259
	Sistelo	273
	Soajo	986
	Vale	776
	União das freguesias de Alvora e Loureda	456
	União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela	1661
	União das freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	2580
	União das freguesias de Eiras e Mei	387
	União das freguesias de Grade e Carralcova	517
	União das freguesias de Guilhadeses e Santar	1283
	União das freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão	485
	União das freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)	377
União das freguesias de Portela e Extremo	420	
União das freguesias de São Jorge e Ermelo	806	
União das freguesias de Souto e Tabaçô	977	
União das freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente)	955	
União das freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá	524	

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
PONTE DA BARCA	Azias	377
	Boivães	289
	Bravães	629
	Britelo	485
	Cuide de Vila Verde	344
	Lavradas	875
	Lindoso	427
	Nogueira	410
	Oleiros	466
	Sampriz	342
	Vade (São Pedro)	264
	Vade (São Tomé)	287
	União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas	882
	União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	612
	União das freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	4372
PONTE DE LIMA	União das freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)	377
	União das freguesias de Vila Chã (São João Baptista e Santiago)	623
	Anais	1073
	São Pedro d'Arcos	640
	Arcozelo	3734
	Beiral do Lima	558
	Bertiandos	414
	Boalhosa	163
	Brandara	442
	Calheiros	991
	Calvelo	685
	Correlhã	2936
	Estorãos	464
	Facha	1529
	Feitosa	1363
	Fontão	1101
	Friastelas	450
Gandra	1108	
Gemieira	598	
Gondufe	450	
Labruja	439	
Poiares	775	
Refóios do Lima	2169	

4

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Ribeira	1902
	Sá	420
	Santa Comba	661
	Santa Cruz do Lima	480
	Rebordães (Santa Maria)	1056
	Seara	714
	Serdedelo	464
	Rebordães (Souto)	1127
	Vitorino das Donas	1051
	Arca e Ponte de Lima	3756
	Ardegão, Freixo e Mato	1754
	Associação de freguesias do Vale do Neiva	1075
	Bárrio e Cepães	921
	Cabaços e Fojo Lobal	951
	Cabração e Moreira do Lima	987
	Fornelos e Queijada	1912
	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte	417
	Navió e Vitorino dos Piães	1768
VIANA DO CASTELO	Afife	1632
	Alvarães	2623
	Amonde	293
	Anha	2415
	Areosa	4853
	Carreço	1759
	Castelo do Neiva	2930
	Chafé	2841
	Darque	7817
	Freixieiro de Soutelo	511
	Lanheses	1645
	Montaria	549
	Mujães	1550
	Outeiro	1234
	Perre	2956
	Santa Marta de Portuzelo	3805
	São Romão de Neiva	1225
	União das freguesias de Barroselas e Carvoeiro	5031
União das freguesias de Cardielos e Serreleis	2312	
União das freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	3339	
União das freguesias de Mazarefes e Vila Fria	2670	
União das freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de	1597	



Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Murteda	
	União das freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã	2552
	União das freguesias de Torre e Vila Mou	1181
	Vila de Punhe	2273
	Vila Franca	1757
	Total População ADRIL	141 756

+

~~SR~~

4

ch

ANEXO 3

Handwritten mark or signature.

Investimento, Ações e Metas: DLBC Rural 99-2015-02-056 – ADRIL

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	39	65	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecerem 12 meses após o fim do apoio	50% 1.428.313,00
			Total FSE				1.428.313,00
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	3	15	Postos de trabalho criados	4 22 308.515,68
	FEDER	8a b) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	5	23	Postos de trabalho criados	6 32 462.773,52
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio	107	428	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	54 214 42.849,40
	FEDER	6c b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio	107	428	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	54 214 42.849,40
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no Investimento Privado	0,8 1,4
			Total FEDER				856.988,00
			Total				2.285.301,00

1

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

ADRL - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA

PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores Investimento				Indicador de resultado				Dotação FUNDO a contratar		
				Indicador de realização		Indicador de resultado		Unidade medição	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição		Meta 2018	Meta 2023
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador							
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	39	97	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	5	985 642,44				
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2	6	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	6	328 547,48				
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	6	14	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6	14	821 368,70				
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	5	12	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	9	492 821,22				
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	3	7	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	328 547,48				
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	7	18	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	328 547,48				
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas				Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação	35	87					
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				Beneficiários apoiados, na modernização	2	6					
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Explorações ou Beneficiários apoiados	5	13					
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				Beneficiários apoiados	4	10					
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais				Beneficiários apoiados	3	7					
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias				Beneficiários apoiados	6	16					
Total										3 285 474,80				

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and initials 'AD' and '5' on the left.

